



Nesta edição:

Editorial.....1

1. Planta em foco

(Copaíba).....2

2. Reações Adversas no Brasil

Cúrcuma em suplementos.....3

3. Reações Adversas no Exterior

Risco de anafilaxia por A.....3

4. Curiosidades

Pé de aracá.....4

5. Mitos e Realidades

Babosa.....4

Editorial

Amburana cearensis (cumaru): do saber popular à inovação científica

Poucas espécies medicinais brasileiras representam de forma tão expressiva, a integração entre tradição, ciência e inovação quanto a *Amburana cearensis*, conhecida popularmente como cumaru ou amburana-de-cheiro. Nativa da Caatinga, essa planta faz parte da cultura das populações do semiárido nordestino há gerações. O uso do chá e dos lambedores preparados a partir da casca do caule para aliviar tosse, bronquite e outros problemas respiratórios foi transmitido entre famílias ao longo do tempo, constituindo um patrimônio de conhecimento popular.

Esse uso tradicional despertou o interesse da comunidade científica. Nas últimas décadas, o cumaru tornou-se uma das espécies mais estudadas do Nordeste brasileiro, participando do Programa Farmácias Vivas. O conhecimento empírico passou a ser investigado por diferentes áreas, incluindo inovação tecnológica.

As pesquisas não clínicas confirmaram propriedades anti-inflamatórias e broncodilatadoras, evidenciando seu potencial no tratamento de doenças respiratórias, especialmente asma e bronquite. Entretanto, a utilização da casca do caule como principal matéria-prima levantou preocupações relacionadas à conservação da espécie, pois a extração indiscriminada compromete a sobrevivência de árvores nativas. Nesse contexto, passamos a investigar o cumaru cultivado, demonstrando que indivíduos jovens podem fornecer matéria-prima de interesse farmacêutico.¹ Esse processo representa "domesticação científica" da espécie, conciliando conservação ambiental,

produção sustentável e desenvolvimento tecnológico.

Além dos benefícios respiratórios, compostos bioativos do cumaru despertaram atenção como modelos para novas moléculas. Pesquisas não clínicas recentes indicaram potencial atividade antineuroinflamatória,² relevante para doenças neurodegenerativas, além de atividade antiviral contra o SARS-CoV-2 e ação leishmanicida atribuída à cumarina presente na planta.³

A trajetória da *Amburana cearensis* demonstra como a biodiversidade brasileira pode gerar conhecimento científico, inovação farmacêutica e desenvolvimento sustentável. Sua história exemplifica a transformação de saberes tradicionais em soluções concretas para a sociedade, reforçando o valor estratégico da flora nacional.

1. Leal, L. K. A. M.; et al. 2011. A comparative chemical and pharmacological study of standardized extracts and vanillic acid from wild and cultivated *Amburana cearensis* A.C. Smith. *Phytomedicine*, v. 18, p. 230-233.
2. Araújo, A. B.; et al. 2022. Antineuroinflammatory effect of *Amburana cearensis* and its molecules coumarin and amburoside A by inhibiting the MAPK signaling pathway in LPS-Activated BV-2 Microglial Cells. *Oxid. Med. Cell. Long.* v. 2022. p. 1-14.
3. Rodrigues, N. L. C.; et al. 2025. *Amburana cearensis* (Cumaru) and Its Active Principles as Source of Anti-Leishmania Drugs: Immunomodulatory Activity of Coumarin (1,2-Benzopyrone). *Biomedicine*. v. 13. p. 979.

Esse editorial foi escrito, a convite, por Luzia Kalyne Almeida Moreira Leal, professora titular da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Plan-News

Anote na sua agenda:

78ª Reunião Anual da SBPC

26 de julho a 01 de agosto de 2026.
Niterói – RJ.

<https://ra.sbpcnet.org.br/78RA/>

XXVIII Simpósio de Plantas Medicinais do Brasil (SPMB)

15 a 18 de setembro de 2026.

Itajaí, Santa Catarina.

<https://xxviiiispm.com.br/2026/>

58º Congresso Brasileiro de Farmacologia e Terapêutica Experimental (SBFTE)

20 a 23 de outubro de 2026.

João Pessoa, Paraíba.

<https://congresso.sbfte.org.br/>

1. Planta em Foco (Copaíba)

Copaifera langsdorffii Desf. (Fabaceae)

Giuseppina Negri

Edna M. Kato

O gênero *Copaifera* L., nativo da América Latina e África, é constituído por arbustos ou árvores alcançando por vezes 40 m de altura com o diâmetro de seu tronco descrito com até 4 m. No Brasil, essas plantas conhecidas como 'copaibas' ou 'pau-d'óleo' ocorrem em diversas regiões, destacando-se 18 como endêmicas. O seu uso na medicina tradicional ou em outras aplicações não-farmacológicas deve-se notadamente à óleo-resina extraída de seu tronco.¹



Partes usadas: Folhas, cascas e óleo-resina extraída de seu tronco.²

Uso popular: As propriedades curativas da óleo-resina da copaíba, como a cura de feridas, foram difundidas por viajantes europeus redundando na sua inserção na Farmacopeia Britânica no século XVII. Na medicina popular usam-se em processos inflamatórios das vias superiores e inferiores, dentre outras^{2,3}

Fitoquímica

Equívocos na identificação botânica, origem desconhecida das óleo-resinas, adulterações das amostras comerciais e metodologias de identificação dos componentes convergem para divergências na fitoquímica das copaibas. Acresce-se que variações quali e quantitativas na fitoquímica de indivíduos e espécies foram associadas a fatores edafoclimáticos, bióticos e idade visto que se relatam copaibas centenárias. Nas óleo-resinas de *Copaifera* predominam misturas de sesquiterpenóides (p.ex. cariofileno, humuleno e bisabolol) e diterpenóides (labdano, clerodano e caurano).^{2,3}

Farmacologia

A omissão das espécies verificou-se em diversos artigos, mas uma das óleo-resinas predominante em estudos *in vitro* e *in vivo* coincidiu com a planta encontrada em várias regiões do país (*C. langsdorffii* Desf.). Suas atividades antimicrobiana, anti-inflamatória, cicatrização acelerada, nociceptiva, proteção gástrica, dentre outras foram verificadas *in vitro* e em modelos animais, mas os

compostos e os mecanismos envolvidos permanecem indefinidos. Com foco em doenças periodontais em estudo clínico, essa óleo-resina incorporada à verniz dentário foi aplicada a 90 crianças, durante um ano, demonstrando-se atividade significativa frente a *Streptococcus mutans*.^{4,5}

Reações adversas

A falta de ensaios de toxicidade *in vitro*, *in vivo* robustos, além de estudos clínicos empregando-se espécies bem identificadas deixam lacunas quanto a prováveis eventos adversos/toxicidade decorrentes de seu uso por via oral ou tópica^{6,7}.

Referências

1. *Copaifera in Flora e Funga do Brasil*. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://floradobrasil.jbrj.gov.br/FB22895>>. Acesso em: 22 mai. 2026
2. Veiga Jr, V. F.; Pinto, A.C. 2002. O gênero *Copaifera* L. **Quim. Nova**, v. 25, p. 273-286.
3. Arruda, C. et al. 2019. Occurrence, chemical composition, biological activities and analytical methods on *Copaifera* genus. **Biomed. Pharmacother.**, v. 109, p. 1-20.
4. Frazão, D.R. et al. 2023. Evaluation of the biological activities of Copaiba (*Copaifera* spp): a comprehensive review based on scientometric analysis. **Front. Pharmacol.**, 14:1215437.
5. Valadas, L.A.R. et al. 2021. Clinical and Antimicrobial Evaluation of *Copaifera langsdorffii* Desf. Dental Varnish a um verniz dentário in Children: A Clinical Study. **Evid Based Complement Alternat Med.**, 25:2021:6647849.
6. Cardinelli, C. C. et al. 2023. Toxicological effects of Copaiba oil (*Copaifera* spp.) and its active componentes. **Plants** (Basel). v. 12, p.1054.
7. Masson-Meyers, D.S. 2013. Cytotoxicity and wound healing properties of *Copaifera langsdorffii* oleoresin in rabbits **Int. J. Nat. Prod. Sci.**, v. 3, p.10-20.

Resumo dos Estudos

a. Efeito anti-inflamatório e cicatrizante da oleorresina de copaíba na cavidade oral

Os benefícios relatados, principalmente em estudos *in vitro* e pré-clínicos, foram a contenção precoce da área da ferida, além da redução da reação inflamatória aguda para o reparo tecidual, formação precoce e otimizada de fibrilas de colágeno, conferindo maior resistência e elasticidade aos tecidos, e redução da intensidade do edema e da concentração de macrófagos CD68+.

1. Menezes, A.C.D.S., et al. 2022. Anti-inflammatory and wound healing effect of Copaiba oleoresin on the oral cavity: A systematic review. **Heliyon**, v. 8:e08993.

2. Reações Adversas no Brasil

Cúrcuma em suplementos: novo alerta para o uso seguro

Julino A. R. Soares Neto
Ana Cecília B. Carvalho

A Anvisa atualizou as regras para suplementos alimentares que contêm cúrcuma (*Curcuma longa*) ou curcuminoides. A mudança foi feita pela Instrução Normativa nº 438/2026, que alterou a norma de 2018 sobre constituintes, limites de uso, alegações e rotulagem complementar de suplementos alimentares.

A medida decorre do monitoramento de segurança desses produtos após sua entrada no mercado. Segundo a Anvisa, foram identificados possíveis riscos de danos ao fígado associados ao uso de suplementos e medicamentos contendo cúrcuma ou curcuminoides. O alerta não se refere ao uso culinário habitual da cúrcuma, mas principalmente a produtos concentrados ou formulados para aumentar a absorção da curcumina pelo organismo.

A nova regra determina que suplementos com esses componentes tragam advertência clara no rótulo: o produto não deve ser consumido por gestantes, lactantes, crianças, pessoas com doenças hepáticas, biliares ou úlceras gástricas; pessoas com doenças ou em uso de medicamentos devem consultar o médico. A norma também define que os limites de curcumina devem considerar a soma dos principais curcuminoides e impede a associação, no mesmo produto, de extrato de rizomas de cúrcuma com tetraidrocurcuminoides obtidos de *Curcuma longa*.

O caso mostra a importância de acompanhar a segurança de produtos de origem vegetal. Métodos de extração diferentes dos tradicionais, concentração de determinados ativos, forma de apresentação, dose, tempo de uso, doenças pré-existentes e uso simultâneo de medicamentos podem alterar o perfil de risco. Para profissionais de saúde, consumidores e empresas, a orientação prática é ler os rótulos, observar sinais inesperados durante o uso e comunicar suspeitas de reações adversas aos canais de vigilância sanitária.

Referências

1. Brasil. Anvisa. Anvisa atualiza regras para suplementos que contêm cúrcuma. Instrução Normativa nº 438, de 16 de abril de 2026. Publicada no DOU em 22 abr. 2026.

3. Reações Adversas no Exterior

Andrographis paniculata e o risco de anafilaxia

Ricardo Tabach
Brayan Jonas Mano-Sousa

Em abril de 2026, a “Therapeutic Goods Administration” (TGA), agência reguladora da Austrália, propôs a exclusão da espécie botânica *Andrographis paniculata* (conhecida como Rei dos amargos) da lista de ingredientes permitidos em medicamentos isentos de prescrição. A decisão baseou-se em uma revisão de segurança finalizada em março.¹

Entre 2005 e 2025, o órgão australiano registrou 1.368 relatos de eventos adversos relacionados à planta, incluindo 287 casos de anafilaxia e um óbito confirmado por choque anafilático em 2024. Estima-se que a taxa de incidência de reações alérgicas graves varie entre 0,01% e 0,1% por unidade comercializada.

A anafilaxia associada à *A. paniculata* revelou-se de início rápido (geralmente em até 30 minutos) e imprevisível, ocorrendo tanto na primeira dose quanto após o uso anterior totalmente assintomático, inclusive em pacientes sem histórico de atopia ou asma. Ademais, mais de 80% dos episódios envolveram formulações associadas com *Echinacea*, porém a *Andrographis* foi isolada como o principal gatilho do perigo. Advertências de rotulagem adotadas em 2019 não foram suficientes para reduzir os incidentes graves, motivando o banimento.

As evidências consideradas não sustentam advertências mais rigorosas nos rótulos, restrições na formulação ou maior capacitação como opções eficazes para reduzir o risco de anafilaxia associado à *Andrographis*, de modo que seu uso como ingrediente em medicamentos de venda sob prescrição médica seja considerado adequado. Embora exótica no Brasil, a espécie é descrita em pesquisas nacionais de efetividade e amplamente comercializada via e-commerce transfronteiriço. Recomenda-se o monitoramento desse fitoterápico e a investigação de possíveis eventos adversos.

Referências

1. <https://www.tga.gov.au/products/medicines/ listed-medicines/monitoring-and-compliance/ compliance-and-education-listed-medicines/ andrographis-paniculata-andrographis-and-anaphylaxis-updated-safety-review-and-supplementary-report>

4. Curiosidades

Um pé de araçá

Dâmaris Silveira

Caminhando pelo Cerrado, pelas matas do litoral, no semiárido, nos quintais do interior do Brasil, é possível encontrar frutos parecidos com pequenas goiabas. São os araçás. Esses pequenos notáveis, apreciados por gente e por animais, na verdade, constituem uma miríade de espécies do gênero *Psidium* (Myrtaceae) que são encontradas também em outros países, como na Argentina e no Paraguai. De acordo com o Re flora (<https://reflora.jbrj.gov.br/>), no Brasil são encontradas 61 espécies de *Psidium*, das quais 39 são endêmicas. Uma grande parte é conhecida por “araçá” ou nomes derivados. Algumas espécies são utilizadas no preparo de geleias e doces, mas a grande maioria ainda é subutilizada e sem potencial medicinal conhecido.

Informações sobre as poucas espécies já estudadas quanto à composição micromolecular e às atividades biológicas mostraram que os frutos apresentam baixo teor de açúcar, enquanto são ricos em vitamina C. Apresentam propriedades antioxidantes e as folhas são ricas em óleo essencial (1), com grande potencial em perfumaria.

Algumas espécies são utilizadas como medicinais, por exemplo, *Psidium guyanense* Pers é utilizado como anti-inflamatório e em resfriados (folhas) e para distúrbios gastrointestinais (cascas) (2). Mas para muitos dos araçás, pouco se sabe, além do uso de frutos como alimento. *Psidium salutare* (Kunth) O.Berg é a matéria-prima de um licor tradicional cubano, chamado Guayabita del Pinar (3)

Os diversos *Psidium* nativos são exemplos da grande biodiversidade dos biomas brasileiros e do seu potencial inexplorado. Valorar nossas árvores frutíferas como fonte de alimento e na busca por ativos farmacológicos é estimular sua conservação e a geração de renda para as comunidades tradicionais.

Referências

1. Franzon, R.C. et al. *Araçás do gênero Psidium: principais espécies, ocorrência, descrição e usos*. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados. 2009.
2. Vera-Marin, B., Sánchez-Saén, M. Plantas medicinales y predictibilidad de uso en algunas veredas del corregimiento de San Cristóbal (Antioquia), Colombia. *Actu Biol.* 2016, 38(105):167-180.
3. Fariás, L.P. et al. Traditional cultural landscape in Viñales, Cuba. *Biodivers Conserv* 2022, 31: 2297–2314.

5. Mitos e Realidades

Babosa (*Aloe vera*)

Brayan Jonas Mano-Sousa

Ricardo Tabach

A *Aloe vera* é conhecida e utilizada há séculos por suas propriedades medicinais e aquelas ligadas à beleza e aos cuidados com a pele. O seu nome deriva do árabe “Alloeh”, que significa “substância amarga brilhante”, enquanto “vera” em latim significa “verdadeiro”. Conhecida como a “planta da imortalidade” desde o Egito Antigo, a babosa é uma das espécies medicinais mais populares do mundo.

A. vera contém cerca de 75 constituintes potencialmente ativos (vitaminas, enzimas, minerais, entre outros) e possui atividade anti-inflamatória e antiartrítica, além de efeitos antibacterianos e hipoglicêmicos.

Uma crença comum é de que o gel da babosa pode ser aplicado em qualquer tipo de ferida ou queimadura com total segurança e que seu consumo oral é inofensivo e benéfico para “desintoxicar” o organismo.

A literatura científica, em estudos de revisão, sugere a possível eficácia do gel no tratamento de queimaduras de primeiro e segundo grau, reduzindo a dor e acelerando a cicatrização, além de aliviar sintomas de psoríase e dermatite, estimulando os fibroblastos e aumentando a produção de colágeno e a contração da ferida.

No entanto, seus riscos são reais e frequentemente ignorados. O gel não deve ser aplicado em feridas profundas ou cirúrgicas sem orientação médica, pois pode atrasar a cicatrização em alguns casos, além de retardar a cicatrização de feridas após aplicação tópica. Também pode causar diarreia e hipocalemia após o uso oral

Mais grave: a seiva amarelada (látex), localizada internamente aos tecidos superficiais da folha, contém antraquinonas, potentes laxantes que, se consumidas, causam cólicas, diarreia, desidratação e podem interagir com medicamentos para diabetes e para cardiopatias.

Portanto, a babosa é uma aliada poderosa para a pele, mas seu consumo oral envolve riscos significativos. Saber diferenciar os mitos da realidade é essencial para usar essa planta com sabedoria.

Referências

1. Agarwal, A., & Dwivedi, N. (2013). *Aloe vera: Magic or myth*. *SRM J. Res. Dental Sci.*, v. 4, n. 3, 119-124.
2. National Center for Complementary and Integrative Health (NCCIH). 2025. *Aloe Vera*.

BOLETIM PLANFAVI

SISTEMA DE FARMACOVIGILÂNCIA DE PLANTAS MEDICINAIS
Centro Brasileiro de Informação sobre Drogas Psicotrópicas

<http://www.cebrid.com.br>
<http://www.facebook.com/planfavi>
<http://planfavi-cebrid.webnode.com/>

